

8-La extensión y el desarrollo rural. Nuevos paradigmas de la extensión y crisis de los modelos tradicionales, en el marco de las transformaciones del espacio rural.

Pesquisa Agropecuária no Brasil e a evolução da criação de gado vacum em campos nativos do Planalto Serrano Catarinense.

Cristiane Fortkamp Schuch
Doutoranda PPG HST
Universidade Federal de Santa Catarina
cris.fortkamp@gmail.com

Resumo:

A presente pesquisa tem como objetivo discutir a importância e o impacto dos projetos de desenvolvimento rural aplicados pelo governo federal para inserção de novas tecnologias e melhoramento da produção de rebanhos bovinos com objetivo de ampliar o potencial econômico das regiões rurais brasileiras no século XX.

A dinamização da economia do Planalto Catarinense tem sua gênese marcada pela criação da Estação Experimental de Lages, em que a pesquisa, divulgação e implantação de novas tecnologias permitiram remodelar as relações de produção, de modo a tornar-se referência nos projetos de sustentabilidade técnico-produtiva, através da assistência a produtores para a formação ou idealização dos principais eventos (feiras agropecuárias), tendo na geração e importação de tecnologias o marco histórico do aprofundamento dos conhecimentos relativos à economia rural.

Para tanto, analisa-se a formação de rebanhos de origem europeia cruzados com o exemplar "crioulo", e seu desenvolvimento em campos do Planalto Serrano Catarinense, e como estes mesmos campos se transformaram em função do desenvolvimento da economia regional.

Abstract:

This research aims to discuss the importance and impact of rural development projects applied by the federal government to insert new technologies and improve the production of cattle herds with the objective of expanding the economic potential of Brazilian rural regions in the twentieth century.

The dynamization of the economy of the Santa Catarina Plateau has its genesis marked by the creation of the Lages Experimental Station, in which the research, dissemination and implementation of new technologies allowed to reshape the production relations, in order to become a reference in the technical-sustainability projects. through the assistance of producers for the formation or idealization of the main events (agricultural fairs), having in the generation and importation of technologies the historical mark of the deepening of the knowledge related to the rural economy.

To this end, we analyze the formation of herds of European origin crossed with the exemplary "Creole", and their development in fields of the Serrano Catarinense Plateau, and how these same fields were transformed due to the development of the regional economy.

Palavras Chave: Pecuária, História Rural, Tecnologia.

No desenvolvimento da economia pastoril brasileira podem-se perceber os interesses locais e nacionais que combinam a necessidade de novas forças produtivas com antigas formas de dominação e apropriação do uso da terra, de forma que os estudos regionais evidenciam o desenvolvimento desigual do sistema capitalista (Dulog, Costa, 1980, p. 22), bem como a formação de diferentes espacialidades no que tange a modernização de espaços agrários em território nacional.

Entre as áreas de criação que, a partir do século XIX, passaram a integrar vias terrestres de integração regional, os campos do Planalto Catarinense, se configuraram a partir do Ciclo do Tropeirismo, como trajeto fundamental na comercialização de gêneros alimentícios e, com base na especialização das atividades pecuárias, desencadeou a organização socioespacial regional e os processos produtivos que mudaram a paisagem e a forma de utilização dos campos nativos, a partir da adoção de projetos modernizantes de criação, estimulados por projetos europeus de desenvolvimento rural.

Assim de acordo com Cyro Ehlke (1973), o período áureo do tropeirismo, atingido no último quartel do século XIX, e que entrou em seu ocaso, lentamente, a partir de 1920, pode ser observado como o período em que os latifúndios passaram por mudanças significativas em relação à estrutura e produção, substituindo a criação primitiva por modelos europeus considerados economicamente mais vantajosos, e que também foram responsáveis por colocar o Brasil na esteira das transformações tecnológicas do campo.

Considerando certa evolução da economia pecuária através do objetivo da produção e da organização do espaço para esta finalidade, Orlando Valverde (1964, p.37) assim a caracteriza:

Na formação das vacarias instituíam-se uma economia de coleta baseada no latifúndio de pecuária extensiva de gado mestiço, transportando animais vivos, utilizando pastagens naturais com queimadas periódicas e “pastos não divididos”. Nas fazendas, estâncias e internadas instituiu-se a pecuária extensiva e pasto dividido em grandes e médias propriedades com objetivo de comercializar a carne, utilizando pastos plantados e ainda as raças mestiças. As cabanhas têm sua economia voltada para a pecuária intensiva, em pequenas e médias propriedades que investem em

cultivo de forrageiras, mantendo o gado estabulado, e se utilizando de técnicas de seleção para produção de reprodutores.

Como bem especifica Waibel (1979, p. 38), a forma de desenvolvimento da atividade pecuária, determinada geralmente pelo emprego de trabalho e capital, distinguiu comumente as formas de atividade extensivas e intensivas, moldando os aspectos de uma paisagem conforme sua organização espacial a partir do condicionamento da função econômica.

Os mecanismos de apropriação de riqueza e utilização dos recursos ambientais disponíveis no Planalto Catarinense ligavam diretamente a criação de gado ao processo de concentração da terra, fator que, segundo José Sidnei Gonçalves consolidou-se a partir da Lei de Terras em 1850, momento em que a pecuária produziu uma valorização da terra similar ao das lavouras nas principais regiões brasileiras. (Dossiê questão agrária e agricultura, 2012, p.27). Esta lei, ao acabar com o regime de sesmarias e delimitar as leis da formação das propriedades privadas, impedindo a posse ou a doação de terras, também tornaram a grande propriedade um bem comercial e de status social.

É a partir deste momento que a pecuária no Planalto Catarinense adquire novo sentido. Isto porque a introdução de raças europeias tem o objetivo de atender ao mercado capitalista interno e externo, num momento em que aumenta e demanda de carne pelo mercado consumidor. Porém, a razão desta prosperidade permaneceu por muito tempo na coexistência de outras formas econômicas e de uma organização social correspondente a elas. (PELUSO, 1991.p.83).

Aqui há que se ressaltar o aumento do controle do poder político e a industrialização na Europa durante o século XIX, que fez por intensificar a demanda por matéria-prima e produtos agrícolas nas colônias, o que tornou países como o Brasil grandes produtores de safras, dificultando, até certo ponto, o desenvolvimento de uma economia capitalista industrial. (PONTING, 1995p. 43).

A partir de então pode-se analisar que, o avanço das relações capitalistas de produção permitiu, por longo tempo, a manutenção do sistema de criação extensiva, mesmo que o índice de concentração de terras não configurasse o que, em outras regiões do Brasil entende-se por latifúndio. Neste sentido, vale lembrar que os conceitos e categorias empregados para definir as unidades de medida das propriedades rurais

possuem peculiaridades regionais. De acordo com Sônia Regina Paulino e Vera Mariza H. de Miranda Costa (1992), além do alqueire paulista empregado para medir as propriedades do Planalto Catarinense (24.200 mTM), outras medidas definem o latifúndio no Brasil, como em Minas Gerais e Goiás, onde o alqueire equivale a 48.400 mTM (o dobro da unidade paulista), e o norte brasileiro que estabelece a medida do alqueire em 27.225 mTM. (op.cit., p.05).

Tomando o conceito de latifúndio como a dimensão de área agricultável que exceda em seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais em suas respectivas zonas, segundo o Estatuto da Terra, podemos afirmar que foi, antes da extensão das terras, a atividade extensiva de gado que definiu a característica da economia e das propriedades do Planalto Catarinense.

Os projetos de modernização da pecuária passaram a caracterizar as ações de políticas públicas, desencadeando novos processos diferentes modos de produção em um mesmo espaço geográfico, e reproduzindo relações sociais com diferentes linguagens no modo de produção. Milton Santos analisa este processo como o resultado de uma modernização diferenciadora, capaz de gerar diferentes circuitos econômicos, apesar de possuírem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e serem interligados. (SANTOS, 1977.p.27).

Neste sentido, o modelo adotado para a implantação de instituições de pesquisa agrícola no Brasil obedeceu ao modelo instituído na Alemanha, em que o desenvolvimento de instituições de pesquisa agrícola sustentadas pelo governo pressupunha o estabelecimento de um clima social e político que considerava a ciência e a tecnologia como instrumentos de crescimento econômico, e seu processo como uma responsabilidade importante para o Estado. (HAYAMI E RUTTAN, apud SANTOS, 1998 p.27).

A necessidade de orientações tecnológicas para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina é um dos motivos pelos quais se explica na segunda metade do século XIX a vinda de especialistas que passaram a coordenar os projetos de melhoramento da agropecuária catarinense, sendo estes os responsáveis pela introdução de raças de animais que deveriam se importadas, além da vegetação adequada ao clima e ao tipo de solo da região.

É neste contexto que a criação de Estações Experimentais voltadas ao desenvolvimento rural no Brasil, através da assistência a produtores para a formação ou idealização dos principais eventos (feiras agropecuárias), tem na geração e importação de tecnologias o marco histórico do aprofundamento dos conhecimentos relativos à economia rural. No entanto, não houve preocupação por parte das políticas públicas em capacitarem profissionais para atuar neste sentido. Não obstante, chama a atenção Bernal (1969) para o fato de que o desenvolvimento da ciência na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, ao contrário dos séculos anteriores, tinha claro interesse em estudar as formas de utilização dos recursos naturais pensando em modificá-lo; relação que caracteriza um modo estritamente capitalista na relação ciência e natureza. (BERNAL, apud SANTOS, 1998, p.29).

No estado de Santa Catarina há de se estabelecer um panorama de dificuldades para a instalação de uma instituição voltada à pesquisa rural. A baixa produtividade das pastagens do sul do Brasil refletiu-se em um manejo insustentável, uma vez que a produção limitada de biomassa ao longo do inverno resulta no sobrepastejo durante este período, com grandes perdas de peso do gado sob manejo inapropriado. Além disso, segundo Lucy Woellner dos Santos, a região sul do Brasil estava distante da capital federal e da massa crítica disponível; e especialmente no estado de Santa Catarina predominava a policultura e o regime de pequena propriedade, e uma pauta de exportação que tendia à diversificação. (SANTOS, p.154).

Sabe-se que a primeira Estação Experimental do estado de Santa Catarina foi instalada na então colônia de Rio dos Cedros, em Blumenau (Estação Agrônômica de Rio dos Cedros). Esta estação baseou-se no modelo europeu, sob influência colonizadora de alemães e italianos que buscavam em seus projetos de desenvolvimento criar condições para que os imigrantes se tornassem cidadãos livres e proprietários de terras nas quais poderiam cultivar e progredir. (SANTOS, 1998. p. 80).

Como a Estação era o único estabelecimento agrícola de Santa Catarina, suas contribuições não poderiam limitar-se aos estudos locais, cuidando, nos limites de seus recursos, de toda a lavoura do estado. (ROSSI, apud SANTOS, 1998. p. 109). Neste sentido, observa-se que a partir de 1902 é maior o interesse das políticas públicas em

“criar mais instituições congêneres, em pontos que a experiência indicar mais convenientes” (SANTA CATHARINA, 1902, p. 18).

Poucos anos depois, em 1904, o Vice-Governador do estado, Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, pede ao Congresso Representativo a transferência da Estação de Rio dos Cedros para próximo da capital ou suas imediações, de modo que pudesse satisfazer os fins para o qual foi criada. (SANTA CATHARINA, 1904 a., p.31)¹. Como consequência desta política, a Lei nº 642 do Congresso autorizava o poder executivo a criar mais dois Campos de Demonstração destinados a servir os municípios do sul e da região serrana catarinense. A partir de então, o Decreto Estadual nº 238 de 24 de março de 1905 cria um Campo de Demonstração e um Posto Zootécnico no município de Lages, os quais em janeiro de 1907 foram transferidos à municipalidade de Lages. (SANTA CATHARINA, 1907 a).

Estas unidades sofreram, desde sua criação, diversas alterações de função, denominação, estrutura e transferência de administração, entre os poderes municipal, estadual e federal; além de problemas de prioridades e ênfases oscilantes na distribuição das atividades de pesquisa, em conformidade com as demais atividades de extensão e fomento entre a área vegetal e animal. (SANTOS, 1998, p.149).

A história da Estação Agrícola de Rio dos Cedros se constitui no único elo entre o período inicial das atividades de pesquisa agrícola em Santa Catarina e o período delineado a partir da década de 1930, na qual se verifica o ingresso e a presença determinante do Governo Federal, estruturando os projetos de pesquisa e experimentação agrícolas no estado. O estudo de caso sobre a atuação da referida Estação demonstra que ciência e tecnologia não constituíam prioridades reais das políticas adotadas no país, sendo os primeiros institutos de pesquisa no Brasil criados com propósitos “utilitários” (SANTOS, 1998, p.150).

A criação da Estação Experimental e do Posto Zootécnico de Lages desencadearam transformações tanto na qualidade dos rebanhos, quanto na cultura de forrageiras, reorganizando a atividade pastoril no Planalto Catarinense. De acordo com os

¹ Segundo Lucy Santos (1998, p. 145) “Havia naquela época um evidente propósito do Governo Estadual de ampliar a estrutura de prestação de serviços na área agrônômica, especialmente com atividades de observação, acompanhamento, avaliação, introdução de espécies animais e vegetais, e de fomento e orientação técnica aos agricultores”.

relatórios encaminhados pelo Posto Zootécnico desde a sua fundação em 1913, também fazia parte da finalidade básica de sua atuação, além do melhoramento pastoril e aclimação de raças, inserirem métodos de trabalho que pudessem racionalizar as atividades do homem no campo pela adoção de sistemas que tornassem a exploração pastoril mais econômica e lucrativa ao proprietário rural.

Além de inferir sobre a história da utilização e transformação dos campos no Planalto Serrano Catarinense e o desenvolvimento da pecuária na região, a criação do Posto Zootécnico e da Estação Experimental de Lages, tiveram muita importância na disseminação de projetos de desenvolvimento regional, permitindo maior conhecimento sobre o potencial produtivo. Todos os projetos desenvolvidos desde então absorveram as tecnologias desconhecidas no Brasil até a criação da Estação Experimental de Rio dos Cedros, como a disseminação do arado e de diversas espécies vegetais (SANTOS, 1998, p.124).

Assim, a própria história da Estação Experimental de Lages colabora para o entendimento do universo socioeconômico da região serrana, atuando diretamente nos projetos de desenvolvimento da pecuária e modernização dos modos de produção. Segundo Licurgo Costa (1980, p. 01) este período coincide com o que o Governo e alguns fazendeiros “menos retrógrados” começam, muito timidamente, a importar touros, num momento em que a “Raça Bovina Brasileira” havia chegado a tal ponto de declínio geral que parecia irreversível.

Compreende-se que a manutenção da atividade pecuária no Planalto Catarinense depende de múltiplas determinações, simbolizadas em fatores predisponentes, como já descritos nos parágrafos acima. Entre estes fatores, ressalta-se a atuação do Posto Zootécnico, devido à profunda influência na disseminação de métodos de criação, como a construção de piquetes e estábulos para o confinamento do gado, a utilização de vacinas contra diversas doenças, a criação de banheiros sanitários e a utilização de insumos para a melhoria da qualidade do gado, que gradativamente transformou e estrutura produtiva de muitas fazendas.

Entre os melhoramentos necessários para a evolução do sistema de criação, o investimento em pastagens é preocupação fundamental de criadores como Nicolau Athanassof, para o qual o pastoreio livre é indispensável:

Quando se trata de criação, ninguém contesta hoje que a estada do gado no pasto, ao ar livre, se torna um fator preponderante de importância tal, que devemos considerá-la como indispensável, caso se pretenda levar a operação a bom termo. Com efeito, percorrendo as publicações mais antigas sobre as raças bovinas, nota-se que em outros tempos encontravam-se as melhores raças e mais produtivas, sempre em regiões pastoris onde havia, em abundância, ricas pastagens. É, pois, devido à estada prolongada nos pastos, desde a primeira idade, que as raças melhoradas conservam até hoje a robustez e vitalidade extraordinárias, apesar de seu grande aperfeiçoamento zootécnico [...] (ATHANASSOF, p.115).

Desta forma, ao mesmo tempo em que os campos de Lages possuíam vantagens em relação à exploração de seus recursos naturais, havia limitações no processo de modernização das estruturas produtivas, marcando mudanças e permanências na organização da economia pastoril do planalto.

A partir do século XIX a maior parte dos fazendeiros dos campos de Lages passou a converter suas propriedades em estabelecimentos de produção mista, investindo capital em outras raças e também em produtos derivados da pecuária, como o couro e leite. Este processo resultou no que chamou se de degeneração do gado nativo, que passou a ser substituído por raças consideradas mais produtivas e adequadas às novas exigências do mercado. Licurgo Costa (1982, p. 1455), afirma neste contexto, que a causa da degeneração do gado nativo no Planalto Catarinense deve-se à consanguinidade dos cruzamentos e à falta de métodos de controle e produção animal. Para ele, esta foi uma questão clara de abandono das formas de desenvolvimento da pecuária, que não levaram em consideração os conhecimentos pré existentes sobre os campos nativos e o potencial genético das raças naturalizadas.

Ainda segundo o mesmo autor, a primeira contribuição para o cruzamento do “gado crioulo” data de 1895, quando o Sr. João Quintino Teixeira vendeu aos fazendeiros lageanos uma tropa de zebus. Neste mesmo sentido, cita o criador José Maria de Arruda filho (1972, p. 18) que o aparecimento do gado Zebu na região serrana catarinense antecedeu a criação do Posto Zootécnico, sendo a tábua de salvação dos que “embarcaram na canoa furada das raças finas” sem o devido melhoramento dos campos.

No entanto, muitas foram as discussões referentes à importação de diferentes raças do Gado Zebu para o Planalto. Ressalta Licurgo Costa (COSTA, 1980, p. 1489)

que na exposição de Gado realizada em Florianópolis em 1905, alguns fazendeiros lageanos foram bem classificados com o cruzamento das raças, aumentando o lote de gado comprado do triângulo mineiro para esta finalidade. (op. cit. 1489). O autor, ao analisar as formas de desenvolvimento regional ligadas à pecuária no Planalto, afirma que o cruzamento de raças crioulas com animais importados não significou, em curto prazo, a solução para os problemas referentes à expansão da atividade:

Apesar do avanço extraordinário do sistema de comunicações e transportes, a vinda de reprodutores tem sido muito lenta e, ainda hoje, quem vive de pecuária em Lages, como no resto do Brasil, pode ver a todo o momento, no boi que compra para invernar ou gado que cria, a força residual daquela consanguinidade que marcou a degeneração das raças americanas, oriundas de um gado ibérico já de si impuro, abastardado. (COSTA,1980, p.1455).

Entre 1900 e 1910 chegaram os primeiros touros e vacas de raça “Holandesa” e “Simenthal”, importados pelo Sr. José Maria Antunes Ramos. Vale ressaltar que em 1907, pelo decreto nº 309 de 02 de janeiro, o campo de Demonstração de Lages foi transferido para a administração do município. Nesta fase, além da introdução de lotes de touros holandeses procedentes de São Paulo e do Uruguai, o campo recebeu carneiros da raça “Lincoln” para reprodutores (...). Também dispôs o estabelecimento de um reprodutor equino de raça “Árabe”, que deixou grande produção no município (COSTA 1980, p.111).

Os arquivos do antigo Posto Zootécnico, onde funciona a Epagri no município de Lages apontam dados interessantes sobre os desdobramentos deste período. Na seção zootécnica havia inicialmente apenas um reprodutor “Hereford” puro, e um pouco mais tarde, um touro “Holstein” e uma novilha “Hereford”, comprados na Argentina e chegados a Lages em junho de 1905, mesmo ano em que o Governo adquiriu para a unidade um touro Zebu, da raça “Guzerá”.

Além destas raças, a raça “Hereford”, procedente da Inglaterra e introduzida inicialmente nas fazendas dos coronéis Belisário e Vidal Ramos, respectivamente, Morrinhos e Paiquerê, de onde se espalharam pelos Campos da Coxilha Rica, antes de abranger toda a região. Os primeiros exemplares eram originários de São Paulo, Argentina e Uruguai. (EPAGRI, 1980, p.04.).

Estes dados evidenciam que havia uma pré-disponibilidade de alguns criadores da região de Lages em introduzir diferentes raças de bovinos, ovinos e equinos, tomando,

por exemplo, outras regiões do país que, já neste período expandiam seus rebanhos para atender as necessidades do mercado. Desta forma, a segunda década do século XX evidencia profundas mudanças e preocupações, tanto do Governo do estado quanto das políticas públicas federais em relação à atuação das Estações Agronômicas.

No entanto, registros como o de José Maria de Arruda Filho, fazendeiro dos campos de Lages e autor do livro “Coisas do Passado”, analisa este período sob a perspectiva da capacidade de suporte do gado nos campos nativos do Planalto Serrano Catarinense. De acordo com o fazendeiro, a preocupação com a qualidade do gado resultou na diminuição da carne e o respectivo aumento do preço, exaltando as qualidades de animais bovinos e cavaleiros da região:

Bichos deste tipo e desta saúde estão se acabando! Hoje por aqui cuida-se muito em qualidade. Mas...e a quantidade? Este é o grande problema que não estamos prevenindo. As grandes fazendas dividiram-se e subdividiram-se. O consumo de carne multiplica-se pelo crescimento populacional. Multiplicam-se os mercados. E a nossa fonte produtora, ao invés de aumentar, diminui (p.01).

Com a criação do Ministério da Agricultura em 1908 foram selecionadas áreas prioritárias para a implantação de estabelecimentos pioneiros, visando o melhoramento pastoril nas áreas onde eram criados animais comuns, considerados de “baixo valor zootécnico”. (EPAGRI, 1980). Através deste projeto foram criados no sul do país três estabelecimentos deste gênero, sendo um em Bagé/RS, um em Ponta Grossa/PR e um nos campos de Lages/SC.

Em documento entregue ao Congresso Representativo em 1911, o Governador Vidal Ramos relata a instalação do Campo de Demonstração e do Posto Zootécnico de Lages:

[...] Foram providos aquelle de grande quantidade de mudas e sementes de hortaliças, cereaes gramíneas nacionais e exóticas que tiveram larga e fecunda experimentação e divulgação, sobretudo uma rica colecção de árvores fructíferas e de ornamentação adquiridas em Buenos Ayres, em Montevidéo e posteriormente em Orleans, na França, que se adaptaram de modo admirável, principalmente as europeias e japonesas: uvas, maçãs, kakis, peras, pecegos, ameixas, cerejas, figos, nozes, abricots e outras, constituindo hoje o mais rico e variado pomar do Estado em plena e abundante fructificação, sendo alli rarissimas as pragas que atacam as searas e vinhedos. E o Posto Zootécnico, de alguns

reprodutores bovinos das raças Hereford e Holstein, de varões da raça Berkshire e de um começo de rebanho de ovino de raça Lincoln. O estabelecimento tem boa casa, estabulários, galpões, celeiros, estrumeiras e alguns aparelhos agrários [...]. Este estabelecimento situado a dois quilômetros da cidade de Lages, que é servida por estrada de rodagem, embora sem o desenvolvimento que lhe não pode dar o Governo do Estado e agora o município a cujo cargo está, tem prestado, nos seus dous ramos, importantes serviços à agricultura e a indústria pastoril da zona serrana, sendo notório o gosto e inteligência que revela parte de nossa população pelos assumptos agropecuários (SANTA CATHARINA, 1991.p.50-51).

A criação do Posto Zootécnico Federal de Lages se deu pelo Decreto Lei n.9.513 de 03/04/1912, sendo nomeado seu primeiro Diretor o Dr. Charles Vincent, zootecnista de nacionalidade Belga, ex-professor na Escola Agrícola de Piracicaba/SP e ex-diretor de uma fazenda federal no Mato Grosso. (op.cit., p.02). Segundo Licurgo Costa (1980, p.09), a finalidade básica do estabelecimento, único no estado, era realizar pesquisas sobre a aclimação de diversas raças de bovinos, equinos, ovinos e porcinos, que deveriam ser cruzadas com o produto crioulo.

Para tanto, foram cedidos, por prazos determinados aos criadores, alguns reprodutores de raças selecionadas, assim como máquinas agrícolas (Figura n. 17); ao mesmo tempo em que a instituição desenvolveu serviços de orientação em relação à formação de pastagens, combate às moléstias que afetavam o gado e pragas do campo.

Assim, além do incentivo à introdução de novas raças e novas espécies de plantas forrageiras, o Posto Zootécnico também passou a ser responsável pela distribuição de insumos agrícolas e empréstimos de maquinários para melhoramento das áreas de criação das fazendas do Planalto Catarinense.

No entanto, há de se refletir sobre os fatores adversos a este processo, uma vez que a modernização da pecuária e de suas estruturas produtivas não foi percebida da mesma forma por todos os proprietários rurais, desenvolvendo-se duas formas de criação num mesmo espaço. Aquelas que permaneceram extensivamente em campos nativos, e aquelas que substituíram os campos nativos pelas pastagens plantadas e o gado comum pelos cruzamentos com raças europeias.

Segundo relatórios, o ano de 1913 ocorreu a construção de edifícios e alguns melhoramentos territoriais, como o estabelecimento de cercas, construção de currais,

uma pocilga provisória, estrumeiras para adubação de lavouras, abertura de estradas, destoca, etc. Já em 1914, foram construídos dois galpões provisórios, e foi o primeiro ano de vida efetiva do Posto. Além do patrimônio do Campo de Demonstração o Posto recebeu, por resolução de 19/06/1912, da Superintendência Municipal, uma área de terras devolutas no distrito de São José do Cerrito, junto ao Rio Amola-Faca. (EPAGRI, 1913, p.03).

De acordo com o relatório expedido neste período, a fase de expansão do Posto Zootécnico marca, por um lado, a necessidade de atender a satisfação dos rebanhos adquiridos, pois a sede não possuía abrigos e alimentação suficientes, sendo então necessário recorrer a abrigos naturais – capões, capoeiras e matas – onde o gado melhor suportaria o inverno. E por outro lado afirma-se a constatação de um problema de interesse geral, uma vez que a maioria das grandes fazendas da época não dispunha de recursos materiais para construção de abrigos ou aquisição de produtos já melhorados pelo Posto Zootécnico.

No entanto, José Maria de Arruda Filho relata com incredulidade as medidas inovadoras divulgadas pelo então Diretor do Posto Zootécnico, Charles Vincent, citando a “praga da forrageira” então disseminada na região:

Ele deixou uma planta que nem as saúvas acabam com ela:
Um espinho verde que se multiplica pelas sementes e raízes.
Está indo por toda parte, e onde vai não admite concorrência.
É uma praga (...).
Certa vez fomos com ele à sua fazenda no Cerrito. Lá estavam alguns homens de enxadas em punho, em pleno campo aberto, batendo a terra. Perguntamos-lhe para que era aquilo e respondeu-nos que era um campo artificial. Indagamos que espécie de capim iria plantar, ao que respondeu-nos: Urka. Falamos-lhe da cerca e ele explicou que não era necessário. Rimos. E rimos muito porque tínhamos bastante experiência e sabíamos que sem cerca nada se conseguiria. Nada lhe dissemos, todavia. Afinal, o professor era ele! Passado mais ou menos um ano, fomos ao Posto e lhe perguntamos: Como vai o seu campo artificial? Ele desconversou, dizendo que em virtude de morar muito longe, não pôde atendê-lo e por isso não deu resultado. (ARRUDA, 2008, p.15).

Assim, os discursos empreendidos neste período evidenciam que a produção do espaço econômico sugere, além das transformações técnicas, uma transformação, ainda que simbólica, das relações de poder, que comportam as condições pelas quais o território passa a ser repensado (SOUZA, 2013, p.42).

Ainda segundo o relatório do Posto Zootécnico, a chamada “Invernada do Amola-Faca” sempre serviu de suporte para as atividades do Posto, sendo utilizada como recurso de inverno para a manutenção dos rebanhos, e também como área de produção de grão e forragens para alimentação dos animais como o milho e a aveia, além de possuir reserva florestal de onde se extraía o material necessário à manutenção, custeio e reconstrução de benfeitorias da Fazenda, inclusive cercas, pontes e pontilhões. (p.06).

Neste sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados. (MORAES, 1996. p.15). Há uma maior agregação do valor do trabalho ao solo, de forma que as intervenções técnicas são produtos de projetos elaborados com base no incentivo à introdução de outras espécies forrageiras, por razão econômica, em prol de um modelo econômico que transformasse o latifúndio pastoril do Planalto Catarinense conforme o padrão das estruturas capitalistas da época.

Noutra perspectiva, Guilherme dos Santos Floriani (2007), ao analisar o uso do solo e a história florestal nos campos de Lages no século XX, discute as transições ocorridas nas escrituras de imóveis deste período. Apesar de a pecuária ser apontada como a principal atividade econômica da região até o surgimento da exploração econômica da araucária a partir de 1940, existe registros de que o uso da terra era, desde os primórdios, mais diversificada, apresentando nas escrituras de compra e venda “partes de terras lavradas e de pastagens”, motivada pela diversidade de recursos de subsistência da região. (FLORIANI, p.71).

Desde o fim da escravidão, a mão de obra tornava-se mais cara, em parte pela viabilização do uso agrícola de áreas florestais devolutas, de modo que a manutenção da estrutura física da fazenda também passou por modificações, ao passo que uma pessoa não produz mais do que dois ou quatro metros de taipas por dia, e novos tipos de isolamento passaram a ser utilizados (op.cit., p.72) como a cerca de arame farpado, que exemplifica parte das dificuldades encontradas pelos fazendeiros em aumentar ou modernizar o sistema produtivo. Ainda segundo o mesmo autor, o desenvolvimento das pequenas serrarias permitia que o resíduo das toras, as costaneiras, fossem utilizadas em cercas e construções simples, diante do custo do arame farpado.

Segundo Ulisses de Arruda Córdova (2004, p. 37), pelo menos 50% dos campos naturais de Santa Catarina são utilizados com pecuária bovina extensiva. Para o autor, o melhoramento e o manejo das pastagens naturais do Planalto Serrano

Catarinense justificam-se porque a produtividade dos campos naturais é muito baixa e por isso estão ameaçados de serem substituídos por lavouras (...) e/ou reflorestamento. Por outro lado, nessa área ocorrem diversas espécies endêmicas, a maioria desconhecida, mas com potencial a ser utilizada em programas de melhoramento genético ou para fins medicinais. Alternativas de uso têm sido propostas em vários trabalhos empíricos ou de pesquisa, mas, poucos produtores as adotaram. Nos últimos anos, porém, o melhoramento do campo nativo está se consolidando como uma das opções para viabilização econômica e preservação destes agroecossistemas, através da superação do principal entrave para o desenvolvimento da pecuária na região, que é o déficit alimentar dos rebanhos nos períodos críticos.

Embora se diga que a pecuária determinou a ocupação do espaço territorial, Floriani analisa que há no Planalto Catarinense uma combinação de ecossistemas que permitiu a criação de diferentes animais:

As florestas podem ter potencializado a criação de equinos e asininos durante o auge da venda de muars. Mas o hábito de pastejo dos “cavaleiros”, como se generalizava na época, é diferente dos bovinos. Enquanto vacas e bois têm predileção por capins altos produzidos em campo aberto, os equinos possuem dentes que permitem se alimentar de cascas de árvores presentes nas áreas florestais das quais o gado não se alimenta (FLORIANI, 2007, p.59).

Para Nilo Ferreira Romero, é preciso abandonar a ideia de um estado natural de equilíbrio da flora das pastagens, pois se trata de uma concepção teórica que supõe acharem-se as forças naturais em um estado de equilíbrio que não venha perturbar nem o homem e nem o animal.

Todavia, o desenvolvimento de projetos modernizantes para a pecuária nos campos do Planalto Serrano Catarinense permitiu pesquisas relacionadas ao maior potencial produtivo regional. Este período coincide com o processo que Peluso Júnior chama de “evolução da paisagem cultural”, que decorre do aumento de terras ocupadas pela lavoura, por parte da população que não dispõe de campos para criação de gado (op.cit., p.153).

Desta forma, pensar as estratégias de desenvolvimento regional permitiu uma visão panorâmica da importância do papel da produção do espaço enquanto uma variável social, permitindo compreender os limites da autonomia política em face dos projetos de desenvolvimento, sendo uma condição arraigada a relações de poder.

Toma-se, portanto, consciência da diversidade de nas relações econômicas, mesmo que palpadas no mesmo sistema produtivo.

Ao mesmo tempo, os discursos de desenvolvimento regional continuaram a ser permeados de uma proposição política que serve de veículo para uma classe social, mesmo que isto signifique um conflito entre as formações sociais tradicionais e formas de produção contemporâneas.

Assim, ao mesmo tempo em que o território é compreendido como espaço vital, mantenedor das atividades indispensáveis à sobrevivência em função de seus recursos naturais, também passou a significar um sistema de apropriação por determinados grupos, que não são homogêneos, pois diferem nas suas possibilidades de produção.

Os campos do Planalto Catarinense não podem ser então compreendidos como base de uma dialética entre as determinações ambientais e a produção do espaço, mas sim como base de múltiplas organizações socioeconômicas, que sofreram em estágios distintos, transformações ao longo do tempo. Assim, as relações estabelecidas entre a sociedade e o meio natural tornaram-se passíveis de serem investigadas e compreendidas, uma vez que se tornaram construções sociais que dão mobilidade ao espaço territorial.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGOSTINI, Estela Maria. Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages. Florianópolis, 2001. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

ALMEIDA, Alúcio de. Caminhos do sul e a feira de Sorocaba. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RJ: UFRJ, 1945.

ALMEIDA, Luis castanho de. Tropeiros do Brasil nas feiras de Sorocaba. In: Anais do X Congresso Brasileiro de geografia, 1952.

ARAÚJO, R. V. Os Jesuítas dos Sete Povos. Porto Alegre: Ed. La Salle, 1990.

ARRUDA FILHO, José Maria. Coisas do Passado. Lages, Santa Catarina. 1964.

ARRUDA, Indalécio. Revivendo o Passado. Rio de Janeiro: Planejamento Gráfico, 1972.

ARRUDA, Gilmar (org.). A natureza dos rios: História, memória e territórios. Curitiba: UFPR, 2008.

BASTOS, José Messias. Introdução ao desenvolvimento do comércio em Santa Catarina. Santa Catarina

BARBOSA, F.D. Vacaria dos Pinhais. Porto Alegre: Ed. EST, 1978.

BERNAL, J.D. Ciência na História. Lisboa: Horizonte, 1969.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Antigas propriedades rurais de Lages. In: Revista da ASBRAP. São Paulo, n. 6, p. 9-92, 1999.

BOLDRINI, Ilsi. (org). Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias. Brasília: MMA, 2009.

BRENNER, R. Estructura de classes agraria y desarrollo económico en la Europa pré-industrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

CARDOSO, F.H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. São Paulo: Difel, 1962.

CARVALHO, Saulo Varella de. A tragedia do Caveiras: o assassinato de Ernesto Canozzi e Olintho Pinto Centeno. Florianópolis: Lunardelli, 1990. 263p.

CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo C.C., CORREA, Roberto L. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de Vista Geográficos. In: Boletim geográfico. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964.

CÓRDOVA, et.al. Melhoramento e Manejo de Pastagens naturais no Planalto Catarinense. Florianópolis: Epagri, 2004.

COSTA, Rogério haesbaert. Latifúndio e Identidade Regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COSTA, Licurgo. O continente das Lagens. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

COTRIM, Eduardo. A fazenda Moderna: Guia do Criador de bovino no Brasil. Bruxellas: Typographia, 1913.

DACHS, Walter. Miseráveis povos carregados de família. Jornal Guia Serrano: Lages, 24 set. 1960.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. Memórias: Associação Rural de Lages. Lages: COAN, 2009.

DORST, Jean. Antes que a natureza morra. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1973. EHLKE, Cyro. A conquista do Planalto Catarinense: Bandeirantes e tropeiros no sertão de Curitiba. RJ: Ed. Laudes, 1973.

FARINATTI, Luís Augusto. Apropriação da terra e formação de grandes patrimônios na fronteira sul do Brasil, através dos inventários post mortem (1800-1860) In: Trabajos y Comunicaciones. 2009, no. 35, p. 149-171.

FLORIANI, Guilherme dos Santos. História Florestal e Sócio-Lógica do Uso do Solo na Região dos Campos de Lages no século XX. Lages: UDESC, 2007.

HEBERSTS, Ana Lucia. Análise Arqueológica das estruturas viárias do caminho das tropas em Santa Catarina. Revista Tempos Acadêmicos. n.10. Santa Catarina: Criciúma, 2012,

JUNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2008.

JUNIOR, Manuel Diegues. Regiões Culturais do Brasil. Rio de Janeiro: INEP, 1960.

MARCON, Telmo. Memória, história e cultura. Santa Catarina: ARGOS, 2003.

MARTINS, Vera Maria Villamil. Raça Crioula Lageana: O esteio do ontem, o labor do hoje e a oportunidade do amanhã. Lages: Ed. ABCCL, 2009.

MARTINS, César A. A. Região Sul: Notas sobre a construção de uma perspectiva. In: GEOGRAFIA ECONOMICA. Anais de Geografia Econômica e Social. Florianópolis: Geociências/UFSC, 2010.

MORAES, Antônio C. R. Ideologias Geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MORAES, Antônio C. R. Geografia Histórica do Brasil. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Osvaldo André. Os protagonistas da história dos Campos Neutrais. RS: Revista Biblos. n.24. 2010.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói, Curso Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. (tese de doutoramento). 1999.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. Latifúndios e Minifúndios no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1971.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): Gênese e transformações recentes. Florianópolis: Revista Geosul. v.18. n.35. 2003.

PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua história. Florianópolis: UFSC, 1983.

PILLAR, Valério de Patta Et.al. Campos Sulinos: Conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009.

SERPA, Élio Cantalício. Os indômitos povos de que Ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte. In: Revista Catarinense de História. N.2. Florianópolis, 1994.

MARTINS, Vera Maria Villamil. Raça crioula Lageana: O esteio do ontem, o labor do hoje e a oportunidade do amanhã. Lages: Ed. ABCCL, 2009.

PRIMAVESI, Ana. Manejo Ecológico de Pastagens em regiões tropicais e subtropicais. São Paulo: Nobel, 1986.

RANGEL, Ignácio. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. São Paulo: Bional, 1990.

REZENDE, Carlos Alberto Pereira de. Bovinocultura de corte. SP: Lavras: 2000.

ROMERO, Nilo Ferreira. Manejo Fisiológico dos Pastos Nativos Melhorados. Guaíba: Ed. Agropecuária, 1998.

RITTER, W; SORRENSON, W.J. Produção de Bovinos no Planalto de Santa Catarina. Florianópolis: EMPASC, 1985.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem à Curitiba e Província de Santa Catarina. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1978.

SANTOS, Lucy W. Estação Agrônômica e de Veterinária do Estado: Uma abordagem sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1998.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petropolis: Vozes, 1979. 156p

SOUZA, Marcelo Lopes. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TRICART, Jean. O Campo na dialética da Geografia. USP: Revista do departamento de Geografia, n.19. 2006.

VALVERDE, Orlando. Geografia da pecuária no Brasil. FINISTERRA: Revista Portuguesa de Geografia. v.2. n.4 . Disponível em: www.revistas.rcaap.pt/finisterra.

ZARTH, Paulo A.. Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

WEIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, Ano 11.

WEIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. RJ: IBGE, 1979.

VEIGA, Thiago Filipe et al. Raça crioula lageana: percepções em relação às possibilidades de sua exploração na região do planalto catarinense.. REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, [S.l.], v. 4, n. 1, jul. 2009. ISSN 1980-9735